

Novo Direito Processual

por Salomão Viana

Direito Processual Coletivo

4ª aula

Direito Processual Coletivo

4ª aula

SUMÁRIO

1 –

CPC-1973:

Art. 262. O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.

CPC-2015:

Art. 2º *O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.*

CPC-1973:

Art. 267. *Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:*

(...)

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

1º O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, quanto ao nº II, as partes pagarão proporcionalmente as custas e, quanto ao nº III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e honorários de advogado (art. 28).

STJ

Enunciado n. 240. *A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.*

CPC-2015:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

(...)

*III – por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, **o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;***

§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º No caso do § 1º, quanto ao inciso II, as partes pagarão proporcionalmente as custas, e, quanto ao inciso III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e dos honorários de advogado.

§ 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

Lei n. 7.347, de 1985 (disciplina a ação civil pública):

Art. 5º (...)

*§ 3º Em caso de desistência infundada ou **abandono** da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.*

Lei n. 4.717, de 1965 (regula a ação popular):

Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motivo à ***absolvição da instância***, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

***Princípio da primazia da decisão
de mérito***

***Princípio da indisponibilidade da
demanda
(ou da disponibilidade motivada)***

Princípio do microssistema

(aplicação integrada das leis para a tutela coletiva adequada)

CPC-1973:

Art. 267. *Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:*

*VIII - quando o autor **desistir** da ação;*

§ 4º Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

CPC-2015:

Art. 485. *O juiz não resolverá o mérito quando:*

(...)

*VIII – homologar a **desistência** da ação;*

§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.

Lei n. 7.347, de 1985 (disciplina a ação civil pública):

Art. 5º (...)

*§ 3º Em caso de **desistência** infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.*

Lei n. 4.717, de 1965 (regula a ação popular):

Art. 9º Se o autor ***desistir*** da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

***Princípio da indisponibilidade da
demanda
(ou da disponibilidade motivada)***

Reconvenção é demanda, conexa com a demanda originariamente proposta ou com os fundamentos da defesa, que o réu propõe contra o autor, dentro do mesmo processo em que está sendo demandado.

CPC-1973:

Art. 315. *O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

Parágrafo único. *Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.*

CPC-2015:

Art. 343. *Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*

§ 5º *Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.*

CPC-1973:

Art. 333. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

CPC-2015:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do “caput” ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz **atribuir o ônus da prova de modo diverso**, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

§ 2º *A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.*

Lei n. 8.437, de 1992:

Art. 2º No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.

Lei n. 7.347, de 1985 (disciplina a ação civil pública):

Art. 12 (...)

§ 2º A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

No mesmo sentido:

Estatuto do idoso (Lei n. 10.741/2003), art. 83, § 3º;

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990): art. 213, § 3º.

Interesse recursal:

*haverá interesse recursal se, para obter uma **situação mais vantajosa** do que aquela resultante da decisão, a **interposição** do recurso for **necessária**.*

Lei n. 4.717, de 1965 (regula a ação popular):

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ***ação julgada improcedente por deficiência de prova***; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990):

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – (...)

CPC-1973:

Art. 499. *O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.*

§ 1º *Cumpra ao terceiro demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.*

CPC-2015:

Art. 996. *O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.*

Parágrafo único. *Cumpra ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular **ou que possa discutir em juízo como substituto processual.***

CPC-1973:

Art. 497. *O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 desta Lei.*

CPC-2015:

Art. 995. *Os recursos **não impedem a eficácia da decisão**, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.*

Parágrafo único. *A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.*

Lei n. 7.347, de 1985 (disciplina a ação civil pública):

Art. 14. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

CPC-1973:

Art. 475. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I – proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º (...)

Lei n. 4.717, de 1965 (regula a ação popular):

Art. 19. A sentença que concluir pela **carência** ou pela **improcedência** da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

Regime jurídico da coisa julgada material:

1 - modo de produção;

2 - limites subjetivos;

3 - limites objetivos.

Modo de produção da coisa julgada material:

- 1 - coisa julgada “pro et contra”;*
- 2 - coisa julgada “secundum eventum litis”;*
- 3 - coisa julgada “secundum eventum probationis”.*

Modo de produção da coisa julgada material:

1 - coisa julgada “pro et contra” (é o modo de produção comum): forma-se independentemente do resultado do processo.

Modo de produção da coisa julgada material:

2 - coisa julgada “secundum eventum litis”: somente se forma se houver acolhimento do pedido.

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

OBS.:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Modo de produção da coisa julgada material:

3 - coisa julgada “secundum eventum probationis”: somente se forma se houver esgotamento das provas.

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

OBS.:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965 (Lei da ação popular):

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", **exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova**; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Limites subjetivos da coisa julgada material:

- 1 - coisa julgada “inter partes”;*
- 2 - coisa julgada “ultra partes”;*
- 3 - coisa julgada “erga omnes”.*

Limites subjetivos da coisa julgada material:

1 - coisa julgada “inter partes” (é o limite subjetivo comum): a coisa julgada opera efeitos apenas entre as partes do processo.

Limites subjetivos da coisa julgada material:

2 - coisa julgada “ultra partes”:

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

*II – “**ultra partes**”, **mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe**, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no **inciso II do parágrafo único do art. 81**;*

III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

OBS.:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - **interesses ou direitos coletivos**, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Limites subjetivos da coisa julgada material:

3 - coisa julgada “erga omnes”

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

*I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do **inciso I do parágrafo único do art. 81**;*

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

*III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do **inciso III do parágrafo único do art. 81**.*

OBS.:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

*I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do **inciso I do parágrafo único do art. 81**;*

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

*III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do **inciso III do parágrafo único do art. 81**.*

§ 1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

(...)

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 94. Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 1º *Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.*

§ 2º *Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.*

(...)

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 103. *Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:*

*I – “erga omnes”, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do **inciso I do parágrafo único do art. 81**;*

II – “ultra partes”, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

*III – “erga omnes”, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do **inciso III do parágrafo único do art. 81**.*

(...)

§ 3º *Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.*

§ 4º *Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória.*

Lei n. 7.347, de 1985 (dispõe sobre a ação civil pública):

Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, ***nos limites da competência territorial do órgão prolator***, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Lei n. 9.494, de 1997:

Art. 2º-A. A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, **abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.**

Parágrafo único. Nas ações coletivas propostas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembléia da entidade associativa que a autorizou, acompanhada da **relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços.**

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Art. 100. Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida.

Parágrafo único. O produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. (**FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS**)

***“FLUID RECOVERY” ou
INDENIZAÇÃO FLUIDA ou
REPARAÇÃO FLUIDA ou
RECUPERAÇÃO FLUIDA***

